

O PCB CONTRA A ESTRUTURA SINDICAL DE ESTADO: A experiência de 1948

Leonardo Vereza de Freitas¹
leovereza@hotmail.com

Resumo: O artigo que desenvolvemos busca analisar a atuação do PCB e de seus militantes no movimento sindical no período entre os anos de 1948 e 1952, quando este Partido tem uma virada em sua linha política geral, orientando-se pelo enfrentamento radical ao Estado e uma proposta de caminho revolucionário. Nesse sentido, a partir da caracterização do que consideramos ser a estrutura sindical no Brasil, limitada e controlada pelo Estado em diversos aspectos, buscamos questionar em que intensidade o PCB deu enfrentamento a tal estrutura. Para tal nos remetemos a pesquisa bibliográfica, sendo parte da dissertação de mestrado que desenvolvemos atualmente. Utilizamos como fontes obras que expõem a situação do movimento operário na época estudada, bem como abordagens sobre o PCB no período. Por fim, colocamos à prova nossas hipóteses, confrontando a atuação do PCB com os elementos essenciais que a nosso ver expressam a dominação do Estado sobre os sindicatos e o decorrente estado de dependência dos mesmos. Observamos assim que o foi significativo o questionamento à estrutura sindical, sendo este o aspecto principal, apesar deste confronto ter tido limitações e não possibilitado uma reformulação do sindicalismo no Brasil.

I. SINDICALISMO DE ESTADO NO BRASIL

Iniciamos nossa abordagem sobre a estrutura sindical no Brasil, buscando estabelecer o conceito de sindicalismo de Estado, expressando acordo com as preposições de Armando Boito Jr. (1991) e dessa forma, trazendo elementos de sua ótica com os quais consideramos ser possível apresentar uma síntese.

1. Aspectos e efeitos do Sindicalismo de Estado

Entendemos o sindicalismo de Estado como um sistema funcionalmente integrado e estabelecido através de uma conexão objetiva com os interesses políticos de dominação da burguesia (BOITO JR., 1991, p. 291). Tendo como premissa a investidura sindical, ou seja, a prerrogativa do Estado em outorgar a carta sindical que reconhece dada entidade como representante de uma determinada categoria de trabalhadores numa determinada base territorial, o sindicato oficial tem toda a sua ação regulamentada e, portanto, limitada pelo Estado.

O sindicato oficial no Brasil padece por sua vez de duas fundamentais formas de controle pelo Estado, que por sua vez impactam na capacidade das direções sindicais integrarem-se profundamente na vida dos trabalhadores. São elas: a unicidade sindical e a

¹ Leonardo Vereza de Freitas é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade

sustentação financeira dos sindicatos feita de forma compulsória pelos trabalhadores, intermediada pelo Estado.

A unicidade sindical – oposta ao modelo de pluralidade sindical existente em diversos países como França, Espanha e Itália – é definida a partir da investidura sindical. Ela consiste no “monopólio legal de representação sindical concedido, pelo Estado, ao sindicato oficial” (RODRIGUES, 1983, p.08). Ela facilita o controle do Estado, na medida em que exige que “o” sindicato da determinada categoria atenda a todos os limites legais impostos pelo Estado, e ao mesmo tempo evita que surjam outras associações rivais que dificultem o controle estatal, na medida em que as mesmas não teriam legitimidade legal para representar os trabalhadores. Assim como no Brasil, os governos da Alemanha e da Itália do período de ascensão do nazi-fascismo, ao implantar o sindicato oficial, optaram pelo sistema de unicidade sindical, para facilitar o controle sobre as entidades.

O sistema de pluralidade sindical, que pode ser existente em determinados modelos de sindicalismo de Estado, apresenta maiores dificuldades de controle Estatal. Na medida em que este modelo instaura uma situação de concorrência permanente entre as entidades sindicais para que seja dada a afirmação de um sindicato dominante, suscita ao mesmo tempo uma maior incidência de pressões da base de trabalhadores sobre os sindicatos, podendo em dadas circunstâncias comprometer a manutenção do *status quo*.

Armando Boito Jr., ao discorrer sobre a dependência do sindicato diante do Estado, em função da unicidade sindical, considera que:

Primeiro, o Estado deve *legislar* sobre critérios de representatividade que orientarão a concorrência entre as várias associações que pleiteiam o título de sindicato único. Segundo, o Estado *delibera*, aplicando aqueles critérios, qual associação, num dado momento, é merecedora do monopólio legal de representação sindical (grifos do autor) (BOITO JR., 1991, p. 33).

Quanto ao financiamento dos sindicatos feito de forma imposta pelo Estado aos trabalhadores, a mesma se dá por duas formas: por meio do imposto sindical, no qual é descontado anualmente de forma compulsória o valor de um dia trabalho do contracheque de cada trabalhador, e por meio da chamada taxa assistencial, cobrada dos trabalhadores na ocasião de fechamento de convenções coletivas.

O imposto sindical é descontado nas folhas de pagamento em favor do Ministério do Trabalho, que retém uma parte e repassa a restante aos sindicatos, federações, confederações e centrais oficiais da respectiva base de representação. A taxa assistencial, de valor definido pelos sindicatos, sob alegação de suprir os gastos da entidade na logística das negociações coletivas, por sua vez é arrecadada também por desconto nos contracheques, mas em favor

diretamente dos sindicatos. Tem se tornado modalidade em alguns sindicatos, submeter tal deliberação para assembleias, com indicativo da direção sindical quanto ao valor e propondo que tal taxa seja descontada exclusivamente dos trabalhadores não sindicalizados.

As duas formas de sustentação financeiras citadas “constituem uma espécie de poder tributário que o sindicato oficial, enquanto ramo do aparelho de Estado, detém” (BOITO JR., 1991, p. 37). Tais modalidades tornam os recursos dos sindicatos dependentes da cúpula do aparelho de Estado, seja através do Ministério do Trabalho que arrecada o Imposto Sindical, seja através da Justiça do Trabalho que garante o repasse dos empregadores para os cofres dos sindicatos.

Com esses mecanismos, torna-se desnecessário o esforço das diretorias sindicais de ampliarem seu quadro de associados, ligando-se profundamente ao cotidiano dos trabalhadores, tomando parte de suas agruras, tornando viva a relação entre a luta e sustentação da entidade que organiza a luta. Daí a pouca ênfase que dão muitas diretorias às campanhas de sindicalização, já que o valor relativo às contribuições associativas em vários casos é pequeno (senão irrisório) frente à quantia arrecadada pelas contribuições compulsórias (BOITO JR., 1991, p. 35). Mediante entrevistas com sindicalistas, Boito Jr. atesta:

Os sindicalistas são unânimes em afirmar que um grande contingente de sócios do sindicato permanece associado por inércia, ignorando quase tudo da vida sindical. As campanhas de sindicalização nos sindicatos oficiais satisfazem-se com esse contato superficial com o trabalhador. Aborda-se, apressadamente, o trabalhador na entrada da empresa, dão-se alguns brindes: chaveiro do sindicato, calendário, pede-se que o trabalhador subscreva a ficha-padrão e é só. As posições anti-pelegas, nas vésperas de eleições sindicais, procedem da mesma maneira para ampliar o quadro de associados, e, supostamente, o montante de eleitores potencial da oposição (BOITO JR., 1991, p. 240).

Desse modo, a investidura sindical, a unicidade sindical e a sustentação compulsória dos sindicatos, tornam os mesmos organizações vinculadas ao Estado e separadas dos trabalhadores. Tal vinculação traz efeitos contingentes, dos quais podemos citar: a tutela das Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego (SRTEs – as antigas DRTs) sobre as eleições sindicais, a imposição de um estatuto padrão, o controle das finanças dos sindicatos, o peleguismo, a ausência de organização sindical nos locais de trabalho, o assistencialismo, a organização fragmentada por categorias profissionais, a destituição de diretorias sindicais pelo Ministério do Trabalho², entre outras.

Comenta Boito Jr.:

² Esta medida, em tese, foi cancelada na Constituição de 1988. Entretanto, em função da investidura sindical e da tutela das SRTEs sobre as disputas eleitorais, consideramos importante citá-la por não ter sido absolutamente cancelada.

A estrutura e seus efeitos são dotados de uma elasticidade relativa, eles estreitam ou ampliam os limites dentro dos quais podem agir os sindicatos de acordo com as circunstâncias históricas. Mas esses limites nunca rompem a barreira que é imposta pela própria lógica da estrutura: se é o Estado que outorga a representação sindical, é ele que, obrigatoriamente, regula-a (BOITO JR., 1991, p. 39).

2. Desorganizando os trabalhadores e moderando a luta sindical

Considerando o sindicato de Estado como uma organização de trabalhadores consentida pelas classes dominantes, podemos atestar que tal concessão não se dá de modo a garantir o direito das classes trabalhadoras se organizarem para desestabilizar o poder da burguesia. Muito pelo contrário, percebemos o quanto, mediante um conjunto de regulamentações estatais, esse tipo de organização limita a luta dos trabalhadores, e assim os desorganiza. Dessa forma, como considera Boito Jr., “*desorganizar os trabalhadores significa organizá-los sob a direção política da burguesia*” (BOITO JR., 1991, p. 225).

Com esse modo de organização desorganizadora, as classes dominantes com o acionar de seus instrumentos da burocracia estatal não somente fragilizam, mas também tornam por muitas vezes ineficazes os métodos de luta reivindicativa instituídos. Além disso, pela própria natureza da regulamentação estatal, “*implica separar a luta sindical reivindicativa da luta revolucionária, isto é, da luta por um poder democrático-popular que inicie um processo de transição ao socialismo*” (BOITO JR., 1991, p. 225).

Mas se por um lado as classes dominantes conseguem moderar e amortecer a luta dos trabalhadores mediante o acionamento de seu aparato burocrático-estatal, por outro é necessário perceber que as limitações do sindicalismo de Estado se reproduzem também por uma ideologia legalista incutida entre os sindicalistas.

Armando Boito Jr. no desenvolvimento de sua pesquisa sobre o sindicalismo de Estado no Brasil, promove uma série de entrevista com dirigentes dos sindicatos do Estado de São Paulo no fim dos anos 1980. Apesar de que o presente trabalho se realiza mais de 20 anos após o período de tais entrevistas, observamos que elas refletem de forma objetiva no plano ideológico as contradições da estrutura sindical, servindo a caracterização do Sindicato de Estado hoje e ontem.

Os relatos dos sindicalistas expõem o reconhecimento das limitações impostas pela máquina oficial do sindicato, bem como expõem as ilusões que permeiam os sindicalistas, quanto às vantagens em obter a direção dos sindicatos. Os depoimentos explicitam a agitada dinâmica de ação dos tempos em que os mesmos ocupavam a oposição sindical contra os pelegos. Expõe a vida de permanente luta pelo avanço na organização e consciência dos trabalhadores, no sentido de ampliar qualitativa e numericamente a oposição sindical. Mas

demonstra também como se apresentavam as expectativas, nos tempos de oposição, quanto às vantagens que haveria em tomar o sindicato dos pelegos.

Segundo eles, as perspectivas eram de que, uma vez instalados nas direções, pudessem contar com uma infra-estrutura material que permitisse a ampliação dos círculos de militantes e de ativistas. Entretanto reconhecem, após terem se tornado direção, o quanto o trabalho político, ora desenvolvido, decaía. Boito Jr. sintetiza:

O ingresso no aparelho sindical oficial arrefeceu o espírito militante dos sindicalistas e fez com que perdessem, exatamente ao contrário do que esperavam, o trabalho organizado que possuíam em algumas das maiores empresas do seu setor. O contingente de ativistas que acompanhavam a oposição sindical, em vez de se ampliar, como esperavam, estacionou ou, inclusive, diminuiu (BOITO JR., 1991, p. 243).

Nas palavras de um dirigente sindical entrevistado: *“Hoje a gente teria condições de fazer muito melhor a organização de base, mas não faz. Não consegue, porque a máquina atropela tudo”* (BOITO JR., 1991, p. 243).

E nas de outro:

Quando nós estávamos na oposição, nós tínhamos uma prática militante da conquista e da busca do indivíduo. Porque a oposição tinha que criar um núcleo militante que fosse capaz de, aos poucos, expandir as suas idéias.

[...]

Era um trabalho pequeno de tijolo sobre tijolo. Quando nós ganhamos o aparelho do sindicato, a impressão que deu era de que a casa estava pronta. Quando nós acordamos é que nós percebemos que a casa estava cheia de goteiras, de rachaduras, e que o alicerce da casa estava com problemas, era de barro, não era de pedra (BOITO JR., 1991, p. 244).

Os sindicalistas, ainda discorrendo sobre as transformações na passagem da condição de oposição para a de situação, tendem a expor as dificuldades apresentadas no aparato sindical, recorrendo a algo que Boito Jr. denomina de “teoria dos dois lados”, como parte da ideologia da legalidade sindical. Os dirigentes expõem a problemática na figura de vantagens e desvantagens da máquina sindical. “Não vêm, justamente, – como expõe o autor – que as dificuldades para a organização dos trabalhadores derivam, precisamente, das supostas vantagens do aparelho sindical” (BOITO JR., 1991, p. 246).

II. O PCB ENTRE 1948 E 1952: GUINADA À ESQUERDA E CLANDESTINIDADE

Para compreender a atuação dos comunistas no movimento sindical no período de 1948 a 1952, faz-se necessário antes observar o contexto histórico no qual se situa o Partido. Intentamos com isso compreender como as transformações históricas em nosso país irão

influenciar as definições do Partido, do ponto de vista de sua linha política geral, e mais especificamente sua linha de atuação no movimento sindical.

Orientado pelo marxismo, o PCB alcança uma visão de mundo complexa que define um conjunto de necessidades de ação e de organização de acordo com uma estratégia revolucionária. Essa visão de mundo é resultado de uma análise econômica e política da sociedade, tomando em conta a composição e perfil das classes dominantes e classes dominadas no Brasil. De acordo com isso, o Partido definia sua política de alianças e de confrontação de classes, em consonância com o desenvolvimento da luta de classes. A organização do movimento de trabalhadores não passava ao largo dessas definições; muito pelo contrário: os esforços de organização do movimento sindical estavam diretamente atrelados à estratégia revolucionária, e inseridos na lógica da política de classe do PCB.

Nesse sentido, iniciamos nossa investigação histórica, com os eventos anteriores as grandes mudanças na linha política do PCB de 1948, na tentativa de compreender as razões de tais mudanças. Na sequência, trataremos do período de 1948 a 1952 em si, abordando os posicionamentos políticos do Partido nessa fase, de acordo com os acontecimentos que tomam espaço à época, quando define dar enfrentamento cabal ao Estado e às suas instituições.

1. Antecedentes de 1948

1.1 Reorganização do Partido após a repressão de 1935 e do Estado Novo

O período do PCB que antecede as transformações de 1948 é caracterizado pelos esforços em reorganizar o Partido, num quadro de severas dificuldades que empurraram o mesmo para um caminho reformista, que será aprofundado quando ele obtém a legalização de sua legenda em 1945 e cresce exponencialmente.

As ações repressivas, primeiro com a derrota do levante comunista de 1935 e depois com a implantação do Estado Novo, vão desarticular a organização central do Partido e o grosso de sua militância, gerando a divisão em diversos grupos que passam a agir de forma atomizada. De todos esses, o único que permanece com certa organicidade é o Comitê Regional da Bahia, sendo o único reconhecido pela Internacional Comunista. Somente entre 1941 e 1942 que os vários grupos passam a se rearticular, constituindo a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e ainda dois grupos em São Paulo, todos eles restabelecendo contato com Prestes, que permanecia preso desde 1935. A articulação desses grupos irá culminar então na chamada “Conferência da Mantiqueira”, realizada na localidade de Engenheiro Passos (RJ) em agosto de 1943, com a participação de militantes de diversas

regiões do país que acaba por eleger um novo Comitê Central e Luís Carlos Prestes, ainda preso, como seu Secretário Geral (BASBAUM, 1976, p. 127).

As decisões dessa Conferência, realizada durante o período da II Guerra Mundial, vão definir apoio a Getúlio Vargas, dado a entrada no Brasil no conflito ao lado dos Aliados, em agosto de 1942. Esta proposta de aliança se dá a partir da ótica de uma determinada concepção de Frente Única contra o fascismo, que ficou conhecida como a política de “União Nacional na Paz e na Guerra”, que enveredará o Partido por um caminho reformista. É essa política que vai levar o Partido a desencorajar movimentos reivindicativos de trabalhadores, com o argumento de ser esse um momento de necessidade de “apertar de cintos”. É importante destacar, entretanto, a realização de uma vigorosa campanha de anistia, vitoriosa após o fim da Guerra em 1945, levando a libertação de Prestes e de diversos outros dirigentes, bem como concessão de status de legalidade ao PCB (BASBAUM, 1976, p. 137).

1.2 PCB na legalidade

Por sua vez, o período de abertura do regime varguista que se desenvolvia no pós-guerra não vai muito adiante. Findada a Guerra, o governo dos Estados Unidos demonstra suas insatisfações com Getúlio Vargas, que fora vacilante a entrar no conflito ao lado dos Aliados, tendo flertado inclusive por certo tempo com a Alemanha nazista. É da Casa Branca, via o embaixador ianque Adolfo Berle, que partem declarações sobre a importância da retomada de democracia e da reconstitucionalização do país, sinalizando a necessidade de saída de Getúlio Vargas para a abertura de novos tempos (BASBAUM, 1976, p. 143).

Frente às pressões que ocorriam, Vargas vai desenvolver um relaxamento sobre o controle dos sindicatos, anistia a presos políticos, legalização do PCB e reconhecimento formal e diplomático à URSS. Desejava com isso desenvolver um clima de *queremismo* entre as massas populares, visando apoiar-se nas mesmas para permanecer no poder. O Partido Comunista, por sua vez, percebendo o clima de instabilidade, orquestrado pelos generais Góis Monteiro e Eurico Dutra e pelo partido conservador UDN (União Democrática Nacional), lança a palavra de ordem “Constituinte com Getúlio”, de forma levar a “redemocratização” do país, mas com Getúlio à frente.

Todos esses esforços por fim não logram êxito e em 29 de Outubro de 1945, a pouco mais de um mês das eleições já anunciadas por Getúlio, o presidente é deposto por mobilização militar comandada pelo Ministro da Guerra, general Góis Monteiro. Pouco tempo depois vai ser eleito o general Eurico Gaspar Dutra, um dos elementos ativos da deposição de Getúlio, mas que paradoxalmente vai receber apoio eleitoral do ex-presidente.

O último ano do primeiro governo Vargas, vai ser marcado, também na esfera do movimento operário, por tentativas de ruptura com o Sindicalismo de Estado implantado nos anos 1930, ainda que em esforços muito limitados. No fim de abril de 1945 é fundado, com apoio do PCB, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que publica um manifesto assinado por dirigentes sindicais de 13 Estados, que clama por “completa liberdade sindical, (...) melhorias das leis sindicais e da previdência social, (...) efetiva democracia sindical” e pela “extinção dos órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios democráticos do povo”. (TELLES, 1981, p. 23). Havia um aspecto de ruptura, mas também de conciliação com a estrutura sindical de Estado, pois:

A linha política do PCB refletia-se no MUT através de uma posição ambígua em relação ao sindicalismo oficial, reivindicando uma maior autonomia para as entidades classistas, mas sem questionar a estrutura sindical vigente. [...] enfatizavam o desejo de manter a vinculação dos sindicatos com o Ministério do Trabalho, preservando sua aliança com o governo (PACHECO, 1984, p. 190).

Hélio da Costa é mais um autor que aborda as contradições do MUT. Segundo ele, tal organização assumia uma postura ambígua ao defender a autonomia, a liberdade e a unicidade sindical, ao mesmo tempo em que reivindicava a aplicação das leis trabalhistas. Além disso, incentivava o aumento da produção e preconizava a utilização da greve como “último recurso em prol de soluções pacíficas e conciliatórias”. Ainda de acordo com o autor, o MUT se colocava a disposição para representar os trabalhadores em rodadas de negociações, mas uma vez firmados os acordos fazia apelos aos operários para que voltassem ao trabalho o quanto antes (COSTA, 1995, p. 37).

Esse aspecto contraditório verificado no movimento sindical se apresenta também na esfera partidária. Marco Aurélio Santana irá justamente analisar como se colocam em lados opostos as posições da direção partidária e dos parlamentares do partido, por um lado, com a política de “apertar os cintos”, e militância de base do partido, por outro, que resistente a tais posições toma parte ativa nos movimentos de luta dos trabalhadores. Outro elemento dentro dessas contradições foi a política de frente única junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no meio sindical, no qual este tinha grande força, dada a estrutura do Estado Novo e a relação umbilical desse partido com Vargas (SANTANA, 2001).

Já no governo Dutra, o PCB irá seguir com sua política de União Nacional até ser posto mais uma vez na ilegalidade em 1948. Até isso ocorrer, entretanto, o Partido ainda permanecerá muito distante da atuação centrada no combate ao Estado, seja através da mobilização operária, seja através de uma política partidária orientada para isso. As limitações do Partido não se restringem à adesão à militância parlamentar ativa: ele é afetado temporariamente ainda por tendências liquidacionistas influenciadas pelo fenômeno político

conhecido como “browderismo”³. Tais tendências, entretanto, foram derrotadas em pouco tempo no PCB.

Apesar da postura legalista continuada no governo Dutra, se desenvolve no país nos primeiros anos desse governo um acirramento da luta de classes, bem diferente do que constatavam as teses browderistas, resultando num crescimento do PCB. No processo eleitoral em que Dutra sai vitorioso, o PCB conquista excelente resultado em votos: seu candidato presidencial Yeddo Fiuza, lançado de última hora, alcança 600 mil votos, ficando em terceiro lugar; elege 15 deputados federais e um senador – Prestes, o senador eleito mais votado no país; e tem ainda bons resultados nas eleições dos estados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. O PCB estabelece ainda 8 jornais diários em diversas capitais, alguns semanários e duas editoras de livros e folhetos. As células do Partido crescem em número e quantidade: no Rio de Janeiro, três delas agrupavam mais de dois mil membros, cada uma. Em fins de 1946, o PCB tem cerca de 180 mil membros (BASBAUM, 1976, p. 187).

2. O PCB e o enfrentamento ao Estado (1948-1952)

Tendo experimentado, a partir de 1945, grande crescimento em níveis de militância, de presença territorial através da política de formação de comitês populares e também de significativa bancada parlamentar, o PCB passa a ser encarado de forma diferenciada pelas classes dominantes. Deixa de ser um partido que simplesmente incomodava as classes conservadoras do país para se tornar um partido potencialmente ameaçador ao *status quo*, dada sua penetração entre as classes trabalhadoras e por ser o Partido mais organizado do país, dado sua constituição através do centralismo democrático, bem como sua articulação internacional com outros PCs.

É em função disso e de uma concomitante ascensão do movimento sindical e popular que o governo Dutra passa a intensificar uma campanha anti-comunista e de restrições a luta dos trabalhadores.

2.1 O retorno do PCB à clandestinidade

Frente ao crescimento dos comunistas por todo o país, se generaliza também a ofensiva das classes reacionárias: os integralistas se organizam mais, perseguindo, denunciando e prendendo comunistas; a polícia alicia pessoas para, passando-se por comunistas, cometerem crimes contra casas comerciais (assaltos, apedrejamentos, etc.) e com isso denegrir a imagem do PCB; o governo restaura a Lei de Segurança Nacional, intervém

³ Browderismo: corrente política denominada assim a partir das iniciativas do Partido Comunista dos Estados Unidos, dirigido por Earl Browder, que no clima das relativas “paz” e “boas relações” entre EUA e URSS no pós II Guerra, acreditava que com isso “a luta de classe havia sido superada, e que a garantia de paz mundial estava no desaparecimento dos PPCC” e assim resolve transformar-se uma associação de caráter cultural (BASBAUM, 1976, p. 183)

diretamente em sindicatos de forma truculenta e violenta, manda congelar salários, proíbe comícios, prende e espanca trabalhadores. Em 7 de maio de 1947, o TSE cancela o registro do PCB e o Ministério do Trabalho decreta a intervenção em 14 sindicatos, bem como o fechamento da CTB e das Uniões Sindicais dos municípios e estados em que existiam. Ao fim de 1947, um total de 143 sindicatos teria sofrido intervenção do governo (MARANHÃO, 1979, p. 88); em outubro são rompidas as relações com União Soviética.

Para tentar explicar o fechamento do PCB por Dutra e a onda repressão ao movimento operário desencadeada a partir de 1947, Ricardo Maranhão observa a conjuntura de 1945 e 1946, tomando três eixos principais: 1) o cenário de diversos, amplos e sucessivos movimentos grevistas em contradição com um empresariado extremamente conservador e habituado a decidir os embates no âmbito palaciano; 2) o crescimento estrondoso do PCB, que organizava grandes e diversas células no meio operário, bem como comitês populares por bairros ou vizinhanças; 3) o cenário da “guerra fria” no plano internacional, que se derivava nacionalmente em um discurso anti-comunista, que apontava o frequente perigo da “infiltração comunista” no movimento operário, que poderia utilizar este para a derrubada do Estado.

Sob essa ótica torna-se compreensível como o desenvolvimento dos dois primeiros elementos só será contido pelo agudizamento do terceiro. Para tentar conter o crescimento do movimento operário e comunista, Dutra aprofunda a perseguição anticomunista e através de dois petebistas, Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, consegue que sejam apresentadas denúncias ao Tribunal Superior Eleitoral, de que o PCB seria uma organização internacional orientada pelo marxismo-leninismo e que em caso de guerra do Brasil contra a Rússia, ficariam do lado da última. É a partir dessas acusações que o Partido tem sua legenda cancelada e os mandatos de seus parlamentares cassados, mergulhando mais uma vez na clandestinidade.

A falta de mobilização de massas para defesa do partido durante o período em que se desenvolviam os ataques que culminariam na cassação do PCB, seguiria de mesmo modo após o 7 de maio. De acordo com Maranhão, o PCB fundamentalmente limitava sua resistência no plano institucional, mediante incursões no parlamento e no judiciário. Em São Paulo, as mobilizações de massa teriam se restringido a um comício no Anhangabaú e na elaboração de uma declaração de líderes sindicais, ambos rechaçando a cassação.

Analisa assim Leôncio Basbaum: “A linha de vacilações e compromissos com a burguesia, seguida pelo Partido, não fora capaz de consolidar essas adesões nem de transformar os seus membros em militantes na clandestinidade” (BASBAUM, 1976, p. 191).

As consequências dos ataques ao PCB seriam bastante danosas ao partido, tal como sintetiza Maranhão:

Escorraçados para a clandestinidade, os líderes do Partido Comunista viram rapidamente sua força e influência diminuir, com a perda de seus principais órgãos de comunicação de massa (*Hoje e Tribuna Popular*), e dissolução de muitos órgãos de mobilização, como os Comitês Democráticos, o esvaziamento de das suas células maiores e a prisão de muitos de seus militantes sindicais (MARANHÃO, 1979, p. 93)

Apesar dos ataques, ainda em 1947, o PCB tentaria manter sua atividade parlamentar mediante a inscrição de candidatos comunistas em outras legendas, como o Partido Popular Progressista, o Partido Social Trabalhista e o Partido Trabalhista Brasileiro.

Será só em janeiro de 1948, que o Partido emitirá uma Declaração que rompe com o governo e inicia um processo de auto-crítica que será aprofundado em 1950.

2.2 Auto-crítica e guinada à esquerda

A dinâmica que irrompe a partir de 1948, inaugurará um período de grandes lutas internas no partido, que por sua vez acarretará em significativas guinadas em sua atuação: primeiramente à esquerda, e num segundo momento, à direita, em 1954. A Declaração de 1948, além de definir a ruptura cabal com o governo Dutra, reconhece os erros da diretriz de “apertar os cintos”, promovida como decorrência da política de “União Nacional”, que levava a “contenção da luta de massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia progressista” (PRESTES, 1948).

O Manifesto de agosto de 1950 será o aprofundamento do processo autocrítico. Mas terá limitações: dá margem ao prosseguimento de ilusões eleitorais, quando em 1950 são lançados candidatos comunistas através de outras legendas; também alimenta ilusões de construção de um Exército Popular de Libertação Nacional a partir das forças armadas oficiais depurando-se seus elementos fascistas; tem dificuldades ainda de caracterizar a burguesia e suas frações em nosso país, entre outras debilidades. Apesar disso, as definições desse processo irão constituir significativos avanços na perspectiva de derrubada e destruição do Estado burguês e latifundiário, pela via da luta armada, bem como levarão ao desenvolvimento de rica experiência no movimento operário, em função de suas definições e em função de cenário de grandes lutas de massas que estouram na primeira metade dos anos 1950. É do Manifesto de 1950 que se define a palavra de ordem de formação de núcleos de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, para a derrubada do governo estabelecido e construção de um governo Democrático Popular.

Este novo direcionamento do Partido vai provocar também uma nova postura frente ao movimento sindical. O Partido não só promove a abolição da política de “apertar os cintos”

em nome da União Nacional, já não mais propugnada, como passa a ter participação ativa nas lutas dos trabalhadores. Em um quadro ainda de grande força dos militantes petebistas no movimento sindical, o PCB por diversas ocasiões irá orientar sua ação junto ao movimento de forma a situá-la fora das estruturas sindicais oficiais, apostando na organização de base dos trabalhadores (SANTANA, 1999, 2001).

O ritmo das atividades sindicais e populares, e o nível de intervenção dos militantes comunistas nas mesmas, se desenvolvem em consonância com acontecimentos da vida política do país e também mantendo relação com os posicionamentos do Partido Comunista. Vargas retorna a presidência eleito em 1950, e o PCB em acordo com o Manifesto de 1950, vai rechaçá-lo politicamente, caracterizando-o como serviçal do imperialismo e apontando a necessidade de derrubada do mesmo pela via da luta armada e pelo desenvolvimento da Frente Democrática de Libertação Nacional. É sob essa orientação que se debruça no movimento de massas.

O PCB só irá revisar a linha sindical definida entre 1948 e 1950 no ano de 1954. Primeiro, reorientando sua prática, mas sem formalmente redefinir sua linha política na esfera partidária. Isso, pois, o Partido se vê obrigado a responder as pressões populares que se desenvolviam a partir da comoção pública resultante da morte de Getúlio Vargas. Seu suicídio em agosto de 1954 é acompanhado de uma carta testamento no qual ele denuncia pressões das forças de oposição e dos Estados Unidos. Nesse sentido, o Partido, denunciava Vargas com líder de um governo pró-imperialista ianque, passa a caracterizá-lo de forma diferente, tratando-o como anti-imperialista, e acaba acompanhando as mobilizações populares em defesa do presidente morto. Ao mesmo tempo, acaba se aproximando de setores do movimento sindical dos quais mantinha distância a algum tempo, os trabalhistas. Mas apesar disso tudo, continua fomentando a atuação sindical de base, através de comissões de fábrica.

O segundo e subsequente momento de mudanças na linha do Partido se dará na sua reorientação política definida no IV Congresso, ocorrido entre dezembro de 1954 e janeiro de 1955. Neste, irão ser aprovadas resoluções de caráter reformista, num resgate de uma linha de ganhou força após a derrota do levante de 1935, que apontava para reformulações das instituições do Estado e não mais a definição de destruição das mesmas pela via revolucionária.

2. MOVIMENTO SINDICAL ENTRE 1948 E 1952

Na busca por compreender a ascensão de lutas sindicais ocorrida na primeira metade dos anos 1950, com sua antevéspera em 1948, no qual as organizações autônomas dos trabalhadores tiveram importante papel, faz-se necessário observar o período imediatamente precedente a este, momento de agudização das contradições de classe e de relaxamento parcial do autoritarismo do Estado Novo.

1. Atividade sindical no fim do Estado Novo

O cenário de mobilizações operárias que se sucedem ainda no período da linha sindical de “apertar os cintos”, decorrente da linha política de “União Nacional pela Paz”, é resultado direto da intensificação da taxa de exploração sofrida pela classe operária que acarreta em piora significativa das condições de vida do operariado.

Ainda em 1944 são registradas as primeiras mobilizações operárias resultantes da alta exploração do trabalho fabril em função da Segunda Guerra Mundial. Como exemplos, citamos as greves dos carris urbanos de Porto Alegre e as subsequentes greves de ferroviários e mineiros no Rio Grande do Sul, a greve dos operários da Laminação Nacional de Metais de Utinga (SP), mobilização dos têxteis do norte, nordeste e de Petrópolis nas circunstâncias da “Lei de Mobilização Industrial”⁴, greve tartaruga na Good-Year de São Paulo, além de outras campanhas e ameaças de greve (MARANHÃO, 1979, p. 41).

Em muitos casos, o Estado além de contar com interventores militares na direção das empresas, mobilizou o exército para submeter os operários a trabalhar.

2. Ascensão de greves de 1945 a 1947

As mobilizações do período do fim do Estado Novo servem para demonstrar o grau de explosividade contida no movimento operário, que apesar da forte repressão do Estado Novo e da estrutura sindical de Estado, não deixava de se fazer visível. Com a redução da repressão policial sobre o movimento sindical no ano de 1945, tal energia acumulada e contida no movimento operário vai ter vazão num ascenso grevista e em tentativas de organizar o movimento operário de forma independente do Estado. A intensificação da ação sindical através de mobilizações e greves, a organização do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT) e de comissões de fábrica em diversos segmentos produtivos expressam tal elevação da luta dos operários.

⁴ Lei de Mobilização Industrial (decreto-lei 6.688 – 13/07/1944): decreto que estabelece parâmetros para maior produtividade na industrial têxtil no país visando atender demanda das vestimentas do exército brasileiro e de nações aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. A regulamentação de tal decreto incidia em condições excepcionais para contratos, bem como alterava as condições e duração das jornadas de trabalho.

O movimento sindical renasce tomado pela perspectiva de uma ação livre e autônoma, ao mesmo tempo em que cresce a sindicalização (de 474.943 sindicalizados em 1945 para 797.691 em 1946) e multiplica-se a atividade política nas organizações de classe tanto oficiais quanto extra-oficiais. Os conflitos do trabalho assumem diversas formas, realizando-se principalmente de maneira “espontânea”, mas também por orientação dos sindicatos, e de qualquer forma com grande intensidade. Nos dois primeiros meses de 1946, registraram-se mais de 60 greves, e no dia 20 de fevereiro, só em São Paulo, havia cerca de 100.000 operários em greve (MARANHÃO, 1979, p. 43).

Frente às mobilizações que transcorriam à margem dos sindicatos, os dirigentes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho percebendo seu descompasso tentam incorporar algumas reivindicações dos trabalhadores, mas o fazem de forma genérica, reafirmando os princípios da CLT e acabando sem conseguir se ligarem as lutas operárias. Hélio da Costa menciona a publicação do “Manifesto dos Sindicatos de Trabalhadores à Classe Operária” de 10 de abril de 1945, como expressão de uma postura mais reativa do que ativa, tentando “responder a indisposição latente dos trabalhadores nas greves que se sucediam, em relação aos seus órgãos de classe” (COSTA, 1995, p. 31).

A eleição de Dutra e as perspectivas lançadas pelo primeiro processo eleitoral de sufrágio universal em pouco mudaram as relações políticas no país, na medida em que as classes conservadoras que sustentavam anteriormente o Estado Novo se travestiam agora sobre os rótulos de democratas e progressistas, sem entretanto fazer por onde na prática.

A escassez dos gêneros de primeira necessidade, que elevava os preços e os custos de vida, a falta de resposta do governo e a indiferença dos patrões frente ao quadro de penúria enfrentado pelos seus funcionários foram os elementos que comprovavam que a dita “democracia” em implantação em nada mudava as condições de vida dos trabalhadores e o desprezo das classes dominantes.

Nesse sentido, a classe operária não se deixou seduzir pelos supostos ventos da mudança, desencadeando uma onda de greves iniciada ainda em dezembro de 1945, sob o governo provisório de José Linhares, que se estendera até o mês de março. Nessa onda são contabilizadas só no estado de São Paulo, 77 greves envolvendo 20 categorias de trabalhadores (COSTA, 1995, p.54 e P.59). Mobilizações grevistas seguiram acontecendo ao longo ano de 1946, com intensidade reduzida, se reaquecendo mais uma vez logo nos primeiros meses de 1947.

Quanto à postura do PCB frente aos movimentos grevistas durante seu período de legalidade (1945-1947), Hélio da Costa traça um bom corte quanto aos modos de atuação do Partido, verificando três momentos nessa trajetória (COSTA, 1995, p.70-71).

O primeiro momento vai de maio a dezembro de 1945, quando os comunistas estão iniciando uma estratégia de reorganização do movimento sindical, priorizando conquistar sindicatos, organizar congressos e intensificar campanhas de sindicalização. Nesse período, também o PCB adere a campanha queremista por Getúlio Vargas e desestimula movimentos grevistas, considerando que essas mobilizações poderiam ser usadas por setores reacionários contrários a abertura do regime. Entretanto, através de sua militância no MUT, os comunistas não deixaram de participar das greves, depois que os movimentos paredistas se iniciavam, assumindo o papel de negociadores em diversos casos. É bom notar que atuação destes não era no sentido de intensificar e alastrar as greves já em curso, mas na realidade buscar a ajudar na solução dos impasses, negociando, incentivando os acordos e ao fim chamando os trabalhadores a retornarem ao trabalho.

O segundo momento se dá por todo o ano de 1946, quando o PCB precisa se afirmar como aliado do recém-eleito governo Dutra, ao mesmo tempo que precisar tomar parte de algum modo das explosões grevistas que ocorriam. Buscando se credenciar como um partido da “ordem e tranquilidade”, os comunistas passam a classificar as greves entre “justas” e de “agitação”, apoiando as primeiras e condenando as últimas. Politicamente, defendia de forma irrestrita o direito de greve no Congresso Constituinte, e acabava por se colocar a frente de greves de grande vulto, como a greve dos bancários. Isso não passará sem a continuidade da desconfiança sobre os comunistas por parte do empresariado, bem como grandes atritos com os partidos da base do governo, como o PSD e PTB.

O terceiro momento é o mais curto, se situando nos primeiros meses de 1947. Esta é uma fase em que, em meio a guerra fria já em curso, o partido estabelece a luta contra o imperialismo norte-americano como centro de sua ação. Na relação com os trabalhadores, os comunistas passam a convocar os trabalhadores a produzir mais e melhor nas indústrias nacionais. Na ocorrência de greves buscavam intervir para dar soluções rápidas e chamar os operários a se engajarem na luta anti-imperialista como centro de sua ação e nesse sentido flexibilizarem o teor de suas reivindicações. Além disso, conviviam com acirramento das contradições com os sindicalistas trabalhistas e com a intensificação da campanha anti-comunista movida pelas classes conservadoras e pelo governo – eventos estes que irão culminar o banimento do PCB da legalidade.

3. Mobilizações operárias de 1948 a 1952

Esse é um período de diminuição da capacidade reivindicatória do conjunto da classe operária, fundamentalmente em função da repressão desatada por Dutra a partir de 1947. De

um total de 944 sindicatos em todo o país, 143 deles sofreram intervenções decretadas pelo governo. (MARANHÃO, 1979, p. 88) No plano dos índices de associativismo sindical, Maranhão cita a informação de que de 1946 a 1950 o número de trabalhadores filiados a sindicatos operários no Brasil havia variado de 797.691 para 738.616, seja pela inatividade dos sindicatos controlados por interventores do governo, seja pela ação deliberada destes últimos em expurgar associados “suspeitos” não alinhados com as diretorias.

As dificuldades colocadas frente ao movimento operário não impediram, entretanto, a persistência da eclosão de movimentos grevistas espontâneos. A elevação do custo de vida e uma progressão da remuneração dos trabalhadores não correspondente e inferior à alta dos preços levaram os trabalhadores a desenvolverem intensa atividade grevista naquele ano. (MARANHÃO, 1979, p. 97). Nesse sentido, lutar significava se levantar ao mesmo tempo contra estrutura sindical, e isso não somente quanto ao aspecto da estrutura corporativa, mas também quanto a sua face repressiva, na qual dirigentes sindicais frequentemente se juntavam a polícia para encerrar greves e obrigar operários a trabalhar.

De acordo com Jover Telles, as mobilizações puseram em greve 250 mil trabalhadores, englobando não só operários, mas também diversos outros setores da população que se puseram em luta. Foram greves que custaram vidas de muitos trabalhadores, assassinados pelas forças de repressão do Estado (TELLES, 1981, p. 39-42). Mas a repressão nem por isso arrefeceu os ânimos dos trabalhadores, dando novos estímulos de indignação para os mesmos, que tiveram conquistas em diversas das suas reivindicações salariais e contra a carestia de vida.

O banimento da vida legal do PCB e as transformações na linha política do Partido irão ter consequências diretas na vida sindical de seus militantes. A participação dos comunistas nos movimentos grevistas passa a ser intensa, entretanto, agora não mais como negociadores ou através de uma militância grevista a reboque dos acontecimentos. Analisando que os sindicatos não seriam nada mais que meros instrumentos nas mãos da burguesia para oprimir o proletariado, o Partido passa a declarar guerra à estrutura sindical oficial, não somente pelo fomento ao ativismo sindical à revelia dos sindicatos, mas também como medidas concretas para debilitar as entidades oficiais. É período em que reivindica concretamente a liberdade e autonomia sindical, intensificando a vida das comissões de fábrica e desenvolvendo associações paralelas, bem como organiza campanha concreta contra o imposto sindical.

A campanha contra o imposto sindical se dará em diversas esferas. Ela pode ser verificada através de declarações públicas de dirigentes do PCB e do movimento sindical,

bem como através de ações coletivas nos organismos de base que se mobilizavam e tomavam medidas para boicotar o pagamento do imposto (COSTA, 1995, 127-128).

Nas instâncias de base, onde de fato a luta contra o imposto sindical deveria se dar, Costa identifica a experiência dos trabalhadores da Estrada de Ferro Mojiana (Campinas), bem como dos trabalhadores em hotéis e da construção civil, ambos do Rio de Janeiro. Os ferroviários em meio à campanha reivindicatória de 1948, na qual o sindicato agia contra movimento, enviaram a direção da Cia. um abaixo assinado com 365 assinaturas solicitando a suspensão do desconto do imposto sindical em favor do sindicato. Já os trabalhadores do Rio, no mesmo ano, foram orientados pelo PCB a impetrarem mandatos de segurança para impedir que os sindicatos recebessem o imposto sindical ou para que os valores fossem devolvidos aos operários.

Em julho de 1952, o PCB modifica sua linha para o movimento sindical. Em reunião do Comitê Nacional do Partido nesse mês, leva a frente os debates sobre os rumos do movimento dos trabalhadores, dando novo direcionamento a atuação de seus militantes. O Partido revê sua política quanto ao modo de rechaçar a estrutura sindical, passando a defender a atuação dos comunistas dentro da esfera dos sindicatos oficiais, avaliando ser lá o espaço privilegiado para lutar pelas reivindicações dos trabalhadores, opondo-se as interferências ministerialistas. Continua a defender, entretanto, que a atuação nos sindicatos precisava estar ancorada num forte trabalho de base, seguindo a política de fomentar as comissões de fábrica.

3.1 As associações paralelas fomentadas pelo PCB

Quanto à experiência de construção das associações paralelas, Maranhão, no entanto, considera que a grande maioria delas teve tempo de vida efêmero, já que não teriam conseguido se tornar massivas. De acordo com o autor, havia uma dificuldade efetiva na construção de tais associações, ainda que algumas tenham conseguido se desenvolver minimamente e tenham dado contribuições importantes a lutas desenvolvidas. Para tal, cita o exemplo da greve de 4 dias dos trabalhadores em transportes urbanos São Paulo de 1949, bem como na greve geral de 69 dias dos bancários paulistas de 1952. Maranhão cita ainda referência da existência das seguintes associações paralelas: Associação dos Trabalhadores Textêis, Centro de Operários Bandeirantes, Associação dos trabalhadores da Light e a Associação dos Operários da Votoratim.

Na análise de Maranhão,

essas entidades não conseguiram canalizar as manifestações de descontentamento espontâneo dos operários, aparecendo para estes como algo perigoso porque

diretamente identificado como o partido clandestino, cuja “nova linha” radical não era compreendida e menos ainda aceita pela massa (MARANHÃO, 1979, p. 104).

Costa, por sua vez, problematiza as dificuldades de aplicação da diretriz de construir das associações paralelas, que vinha junto com a determinação de que os comunistas abandonassem totalmente a militância na esfera dos sindicatos oficiais. Esta definição enfrentou diversas resistências por parte dos militantes do Partido, chegando a ser revista poucos anos depois, em 1952. É possível dizer, então, que boa parte dos comunistas passaram a na prática manter algum nível de dupla militância, dedicando-se às associações paralelas ao mesmo tempo em que frequentavam as atividades do sindicato oficial, agindo nestes no sentido de fomentar as lutas, na maioria das vezes em oposição a diretorias pelegas. O trabalho nas associações paralelas, entretanto, nessas situações, era realizado no intuito de cumprir com a definição do partido, mas sem a convicção necessária para tal. Estes militantes se apegavam a perspectiva de que o sindicato oficial gozava de maior prestígio ou ao menos solidez, dado o seu acúmulo histórico. Um fato era que a função assistencialista dos sindicatos fazia com que os mesmos mantivessem uma relação permanente de dependência dos trabalhadores. O depoimento da tecelã Maria Salas, filha de um ativista metalúrgico e que vivia em São Paulo nessa época ilustra bem uma concepção comum dos trabalhadores:

A gente estava acostumado a frequentar o sindicato, no sindicato havia mais gente, entende?, ou em busca de remédio, do dentista, qualquer coisa, sempre havia mais gente do que na União dos Trabalhadores. Então, a única vantagem é que a União de Trabalhadores havia em todos os bairros praticamente. Nós frequentávamos a do Tatuapé, ali na Rua Tuiuti. Mas nunca saímos de sócio do sindicato, do sindicato nunca. Isso meu paiu nunca permitiu. Ele achava um erro, apesar de ser minoria e ter que cumprir a resolução da maioria. E a gente frequentava também a União, mas sem deixar de frequentar os sindicatos (COSTA, 1995, p. 143).

Nesse sentido, é possível dizer que as associações paralelas eram impulsionadas, mas ao mesmo tempo subestimadas pela militância comunistas. O depoimento de Antonio Chamorro – expressivo líder sindical de São Paulo na época – retrata bem essa visão:

Isso foi um prejuízo terrível. Eu me neguei a aceitar essa orientação e fiquei no sindicato. Eu fui expulso do sindicato, mas não pedi demissão do sindicato. Ajudei até a criar a Associação dos Trabalhadores Têxteis, que a gente ia lá no cartório registrava e ficava legal. Mas a verdade com tudo que nós fazíamos, não dava certo, quer dizer, era diminutas essas organizações (COSTA, 1995, p. 143).

Buscando exemplificar, entretanto, experiências positivas, Costa elenca algumas associações de trabalhadores fomentadas pelos comunistas que tiveram êxito em organizar importantes lutas. Ele cita os exemplos da União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, da União dos Trabalhadores de Barretos e da União dos Bancários de São Paulo (UBESP).

Fundada em julho de 1951, a União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana resultou do que foi acumulado pela greve realizado pelos trabalhadores desse segmento na cidade de Botucatu no início do mesmo ano. Organizou uma série de lutas dos ferroviários por muitos anos, só sendo tendo suas atividades descontinuadas pela ação dos militares com o golpe de 1964 (COSTA, 1995, p.146).

Já a União dos Trabalhadores de Barretos, fundada em 1951, se impulsionou a partir da greve ocorrida no Frigorífico Anglo naquele ano. Tendo como núcleo central da associação os trabalhadores do referido frigorífico, esta União de trabalhadores aglutinou também segmentos diversos do meio operário como da produção de curtume, pedreiros, serventes e outras categorias menores (COSTA, 1995, p.146).

Formada em torno de comissões pró-aumento de salários, a UBESP foi fundada em setembro de 1949 e teve êxito em estimular a criação de comissões de base, conseguindo formá-las em alguns bancos, conseguindo inclusive reconhecimento das mesmas por algumas empresas. Costa menciona que estas comissões geraram um conjunto de ativistas que iria ter participação ativa nas lutas que se deram nos anos seguintes, em especial a greve de 1951 que se prolongou por 69 dias.

3.2 O PCB nas comissões de fábrica

Buscando comprovar a importância do desenvolvimento do trabalho das comissões de fábrica, Maranhão cita o exemplo de mobilizações que efetivamente conseguiram ser levadas a termo graças a essas existências dessas organizações de base. Faz referência a mobilizações de trabalhadores da indústria têxtil na cidade de Sorocaba-SP, que graças à ação de comissões de fábrica conseguiram fazer eclodir greves em outubro de 1948 e novamente em julho de 1949, pela exigência do cumprimento do dissídio de 1948. Tal mobilização se alastrou pela cidade, com passeata, fechamento do comércio, participação de vereadores, repressão e prisões na rua (MARANHÃO, 1979, p. 106).

Cita também outras mobilizações dos têxteis, bem como uma greve no jornal O Estado de São Paulo, em março de 1948, que como resultado fez com que o jornal não circulasse em 13 de março e com que rodasse com menos página no dia 14. Tudo isso, como resultado de uma mobilização por uma “comissão de reivindicações” liderada por Elias Chaves Neto, entretanto, demitido.

3.3 Um balanço positivo da experiência de 1948

Hélio da Costa faz um balanço da atuação dos comunistas no período, que se difere de Ricardo Maranhão, especialmente na análise que engloba o significado das associações

paralelas. Faz um balanço apoiando-se no positivo da experiência iniciada em 1948, observando que a linha de estímulo a greves e de confronto com os sindicatos se dava na ótica do fomento do espírito classista entre os trabalhadores. Costa destoa das análises negativas sobre o período, que caracterizam o mesmo como expressão de uma linha esquerdista de difícil concretização pelo conjunto dos trabalhadores e que teria levado os mesmos a insucessos na luta. Segundo o autor há que se observar um problema de método na coleta dos testemunhos de operários da época que fazem um balanço derrotista do período. O autor analisa que a memória militante tende sobredeterminar a ação e linha partidária às formas tradicionais de resistência e luta operárias. Ou seja, segundo a memória dos operários, o PCB trazia ao seio dos trabalhadores orientações novas de organização do movimento operário e que não teriam sucesso viável (COSTA, 1995, p. 139-140).

Uma simples observação sobre todo o período que antecede 1948, desde o fim do Estado Novo e mesmo o período demo-liberal iniciado em 1945, nos mostra que as formas de luta fomentadas pelo PCB em 1948 em pouco se diferem das práticas anteriores enraizadas na cultura da classe. A única diferença é que anteriormente o PCB não era impulsionador desse tipo de ativismo sindical e os movimentos dos trabalhadores eram fundamentalmente espontâneos. O novo é que a participação ativa e organizada dos comunistas fazia com que muitas vezes as mobilizações tivessem um caráter mais intenso, mais delongado e mesmo mais articulado.

Especificamente quanto à política de criação de sindicatos paralelos, Costa avalia que a mesma significou a mais alta ofensiva do PCB contra o peleguismo e o intervencionismo estatal nas entidades sindicais em toda a trajetória do Partido até então (COSTA, 1995, p. 142). De acordo com o autor, esses sindicatos paralelos se constituíam na figura de associações civis registradas em cartório que tinham como objetivo servirem como instrumento de organização independente dos trabalhadores, sem precisar se submeter as exigências e interferências do Estado, mediante a legislação sindical.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tentar de forma breve fazer um balanço quanto ao real enfrentamento do PCB a estrutura sindical de Estado, consideramos ser importante elencar alguns elementos centrais que caracterizam a estrutura sindical para pô-los a prova. São eles: a investidura sindical e o monopólio da representação, o financiamento compulsório e a ideologia legalista reproduzida entre os ativistas sindicais.

Com relação à investidura, que carrega consigo no Brasil a unicidade sindical, percebemos que mesmo antes do PCB orientar sua ação no sentido de radicalizar as lutas sindicais, os trabalhadores já desenvolviam de forma intensa sua organização a partir das comissões de fábrica. O que faz o PCB, a partir de 1948, é incluir o elemento da planificação das atividades sindicais a partir da ação organizada do chão de fábrica, na medida em que se constituía de forma centralizada e com militantes atuando em vários segmentos da indústria, constituindo células diversas que fomentavam a ação de comissões de base e a constituição de associações paralelas, para fazer frente aos sindicatos controlados pelo Estado. O PCB confronta o modelo sindical instituído, identificando nele o papel que cumpre: uma instituição dominada pela burguesia, que a utiliza como instrumento para oprimir os trabalhadores.

Outro elemento que a ação dos comunistas confronta na prática é o financiamento compulsório realizado pelo imposto sindical. Os comunistas fazem ampla campanha através da imprensa popular pela abolição do imposto sindical, conclamando os trabalhadores a boicotarem tal pagamento e conseguindo traduzir tal campanha em algumas ações práticas, mobilizadas por associações de trabalhadores. Apesar de não ter tido uma repercussão massiva entre os operários, de modo a afetar concretamente a arrecadação do imposto, consideramos ter sido uma experiência rica de enfrentamento objetivo a esse aspecto que mantém a dependência dos sindicatos ao Estado.

Por último, colocamos em questão o quanto que a ideologia legalista – reflexo da reprodução da estrutura sindical na mentalidade dos trabalhadores – foi de algum modo questionada. Entendemos que isso ocorreria se verificássemos, ao menos ao longo alguns anos, um grande rechaço dos trabalhadores aos sindicatos oficiais, apostando-se tudo na organização autônoma dos mesmos. O que percebemos, entretanto, é que isso não aconteceu muito além das orientações da direção do PCB. Apegados ao papel assistencialista dos sindicatos – com prestação de serviços diversos, à tradição estabelecida por essas entidades desde sua constituição na década de 1930 e ainda a um sentimento de pertencimento as essas entidades dada as trajetórias de vidas pessoais ligadas as histórias dos sindicatos, muitos trabalhadores não conseguiam se desvencilhar da atuação na esfera dos sindicatos oficiais, ainda que mantivesse militância nas associações paralelas. Nesse sentido, não conseguiram romper com aquilo que Boito Jr. caracterizou como as ilusões quanto às vantagens de se atuar nos sindicatos, ao invés de tomar a iniciativa coletiva independente como espaço primordial de ação política.

Entretanto, não podemos negar que com a dupla militância desenvolvida – nos sindicatos e nas associações – muitos ativistas estariam na prática jogando por terra quaisquer

ilusões quanto ao papel de dominação burguesa do Estado, bem como rompendo com práticas de luta restritas ao âmbito das leis.

O modo de atuação dos comunistas no período de 1948 a 1952, muito de longe esteve de uma prática submissa ao Estado e aos métodos limitados impostos pela legislação sindical. Apesar de não terem abandonado totalmente os sindicatos, quando persistiam nesse tipo de militância, faziam no sentido de buscar transformar as entidades em órgãos de representação classista, ou seja, manejando dialeticamente a interpretação da realidade e assim observando as ações necessária numa conjuntura bastante adversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BOITO JUNIOR, Armando. (1991) *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. Editora Página Abert. São Paulo: 1995.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PRESTES, Luis Carlos. *Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista*. In Revista Problemas nº8, março de 1948.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Formação histórica do sindicalismo e do sistema de relações de trabalho brasileiro*, in Cadernos de Pós-Graduação nº 2. São Paulo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1983.

SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*, in Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41. São Paulo: ANPOCS, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.